
História, dilemas e potencialidades dos programas profissionais na área de História: uma conversa com Marcelo Magalhães¹

Roberto Radünz²
Luís Reznik³
Júlia Silveira Matos⁴

Os programas profissionais na área de História, como modalidade de curso *stricto sensu*, estão em processo de consolidação. São, em parte, resultado de luta histórica pelo reconhecimento da profissão de historiador. Nessa esteira de discussão, esses cursos vêm debatendo e promovendo estudos que demonstram possibilidades mais amplas de atuação profissional do historiador, por meio do apoio e da promoção de pesquisas interventivas e reflexivas que trazem à superfície temas e problemas relativos à atuação profissional do historiador, seu campo e objetos.

Para enfrentar essa temática, a Revista *Métis*:

História e Cultura, entrevista⁵, nesta edição, o Dr. Marcelo Magalhães, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e atualmente coordenador nacional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), em rede nacional—. Marcelo Magalhães foi o primeiro coordenador-adjunto dos programas profissionais da área de História na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cargo que ocupou entre 2013 e 2018. Nessa função, acompanhou a criação e a expansão dos programas profissionais em História, tendo um papel proeminente de orientação e coordenação.

¹ Entrevista realizada em 31 de agosto de 2023

² Professor titular da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UCS.

³ Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ex-coordenador nacional do ProfHistória (2017–2023). Bolsista de produtividade PQ2/CNPq e Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

⁴ Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da FURG.

⁵ A transcrição da entrevista foi feita por Marianna Carolina Oliveira Costa e a edição pelos professores Luis Reznik, Julia Silveira Matos e Roberto Radünz.

Roberto: Eu sou o professor Roberto Radünz, professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordeno o Programa de Pós-Graduação em História, que, neste ano, está completando uma década. Essa proposta do dossiê está em sintonia com uma reflexão sobre a existência dos programas profissionais e da nossa própria vivência como programa, aqui, em Caxias do Sul. Em uma das nossas estadas coletivas, no Fórum de Pós-Graduação da Área de História, na Universidade de São Paulo (USP), em 2022, levei a ideia de se fazer um dossiê sobre os mestrados profissionais e de imediato o professor Luís Reznik e a professora Júlia Silveira Matos aderiram à proposta. Nós pensamos em inserir no dossiê uma entrevista, e, de imediato, nos surgiu a ideia de que o professor Marcelo Magalhães seria a pessoa ideal para fazer uma reflexão sobre os mestrados profissionais, sobre essa experiência, na medida em que esteve à frente, como coordenador de área, desses programas, sobretudo, quando da implementação também do mestrado em rede. Então o nosso propósito é fazer uma reflexão sobre os programas, sobre as políticas ligadas aos nossos programas profissionais e, na medida do possível, pensar naquilo que está pela frente, em termos de projetos, de avaliações do programa, do avanço dessa modalidade.

Reznik: Boa tarde, Marcelo. Eu gostaria que você dissesse o seu nome completo e seu atual vínculo institucional e, antes da gente conversar especificamente sobre a sua participação como coordenador dos mestrados profissionais, nos contasse um pouco da sua trajetória acadêmica e sua formação universitária.

Marcelo: Eu quero agradecer o convite feito pelo Luís, pelo Roberto e pela Júlia. Para mim, é uma honra estar aqui conversando com os colegas, todos vinculados a programas profissionais. O meu nome é Marcelo de Souza Magalhães, sou professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), atuando no departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História, que tem cursos de mestrado e doutorado acadêmico, e no ProfHistória, que tem curso de mestrado profissional e, em breve, um doutorado profissional. Eu estou completando 24 anos de trabalho no Ensino Superior, inicialmente como substituto nos anos 2000 e 2001 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na mesma instituição e departamento de Luís Reznik, no departamento de Ciências Humanas, vinculado à Faculdade de Formação de Professores. A partir de 2002, deixei de ser substituto e entrei nessa instituição por concurso público, fui um dos últimos professores a entrar ainda como mestre. Eu me doutorei em 2004 e fiquei na UERJ até 2010. Nesse ano, prestei concurso e entrei na Unirio, onde atuo hoje. Além dessas duas instituições de que eu gosto muito, há uma terceira instituição que tenho bastante apreço. Trabalhei, num período curto, quando era

professor da UERJ, na PUC do Rio de Janeiro, que foi marcante na minha trajetória profissional no Ensino Superior. Em todas essas instituições, sempre fui professor da área de ensino de História, trabalhei com Metodologia do Ensino de História, Didática do Ensino de História, Estágio Supervisionado, Estágio Curricular, Prática de Ensino. Durante todo esse tempo, trabalhei com vários colegas, Helenice Rocha, Selma Rinaldi de Mattos, Ilmar Mattos e tantos outros, nessas instituições, na área do ensino de História.

Reznik: Você também teve atuação profissional na Educação Básica? E, nesses lugares que você trabalhou, você teve experiência na pós-graduação ainda nos anos 2000?

Marcelo: Sim. Eu também atuei na Educação Básica; fui professor da rede estadual do Rio de Janeiro. Gostei bastante da experiência, mas foi um período curto. Fui professor de 1998 até 2001 na rede estadual, em uma escola em Niterói, num bairro popular. Eu gostava muito de ir para lá. Morando em Copacabana, eu atravessava a ponte no fusca do meu pai e ia para Niterói dar aula para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Eu acho, Luís, que é daí também que aumentou a minha aproximação com o ensino, com a vontade de estudar e pesquisar o ensino. Além disso, acredito que outro fator me aproximou do ensino, durante a graduação, que fiz na Universidade Federal Fluminense (UFF), em História, de 1991 a 1995. Fui bolsista de iniciação científica da professora Sônia Nikitiuk, que faleceu recentemente e que foi muito importante na Federal Fluminense como formadora de gerações de profissionais da área de História, que passaram por Didática e Estágio Supervisionado. Eu tive o prazer de ser orientando dela de iniciação científica durante 4 anos praticamente. Depois eu fui orientando de iniciação científica da professora Gladys Sabina Ribeiro, do Departamento de História da UFF. A professora Sônia me marcou também pela generosidade. Eu me lembro que ela pagou para eu ir ao meu primeiro evento da Anpuh, na Universidade de São Paulo (USP), para nós dois apresentarmos um trabalho. Então, acho que essa aproximação com o ensino se deu por causa dessa bolsa de iniciação científica, com a Sônia. O início do trabalho em escola também me marcou bastante. Depois da graduação, fiz o mestrado e o doutorado em História. Todos os meus estudos são no campo do Brasil Republicano, eu sou especialista em Primeira República. Estou sempre preocupado em discutir questões vinculadas à cidadania, à participação no campo político institucional, às relações de representação política, com foco na cidade do Rio de Janeiro. Eu tenho uma larga produção nesse campo, desde os tempos do mestrado aos dias atuais, já como professor dessas instituições. Eu não sou apenas um professor da área de ensino de História. Eu faço também pesquisa na área do ensino de História. Eu me

envolvi muito na área do ensino da História. E as minhas pesquisas na área sempre dialogam com esse interesse no Brasil Republicano, em relação à participação política. Eu tenho estudos na área vinculados a materiais escolares, pensando como a República entra nos livros escolares, no início da República, nos anos 40, nos anos 50. Ou seja, quando e como ocorre a entrada na historiografia escolar ou na narrativa histórica escolar da República, no calor da hora, e como, ao longo do tempo, esse tema, nos livros escolares, vai se canonizando: quais são os personagens; o que é lembrado; quais são os acontecimentos lembrados; como se explica esse processo e assim por diante. Essa é uma vertente dos meus estudos. Outra vertente que me interessa muito é ligada a políticas públicas, pensando currículo, motivações para ensinar a História, formulações de políticas ligadas ao livro didático. Isso reflete um pouco nas orientações de discentes, sobre ensino de História. Já orientei trabalhos de história do ensino da História, currículo em ensino de História, formação de professores. Por fim, importa ressaltar o vínculo que eu tenho, com o grupo de pesquisa, Oficinas de História, sediado na UERJ, em que já fui líder e, hoje, sou o vice-líder. Esse grupo foi criado em 2004, ano que me doutorei. Participaram, inicialmente, Helenice Rocha, Luís Reznik, Márcia Gonçalves, Magali Engel, todos da UERJ, e mais, Rebeca Gontijo, Ana Maria Monteiro, Carmen Gabriel. Nós criamos o grupo Oficinas de História, que está completando 20 anos de sucesso. Já publicamos muitos livros organizados, vários por meio de projetos de pesquisa financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A proposta do Oficinas é trabalhar ensino de História em interface com a historiografia, voltado a questões relacionadas à memória e aos usos do passado. Pelo que acabei de contar, percebe-se que minha trajetória de pesquisa no campo da história é dupla. Trata-se de uma trajetória com essa vontade de trabalhar com participação e República, junto com a vontade de fazer pesquisa em ensino de História, associando essas questões.

Reznik: Estamos interessados em acompanhar como é que foi a sua trajetória como o primeiro coordenador da área nos mestrados profissionais de História. Os mestrados profissionais já existiam antes de você ser o coordenador, mas a criação da figura de coordenador de mestrados profissionais da área teve um impacto, que eu posso dizer, sem sombra de dúvida, bastante positivo na expansão dos mestrados profissionais na nossa área. Em que ano você foi nomeado coordenador-adjunto de mestrados profissionais da área de História e em quais circunstâncias se fez a sua indicação?

Marcelo: Essa indicação está relacionada com a formulação da proposta do ProfHistória. Vamos antes pensar no seguinte: a Capes está fazendo 72 anos. Ela é da década de 1950. Nos anos 1960, define-se o que hoje nós estamos entendendo como o formato da pós-graduação brasileira, com cursos de mestrado e cursos de doutorado. Existe um marco, que é o parecer Newton Sucupira, de 1965, do Conselho Federal de Educação. Eu digo que ele não é o marco zero, porque, nos anos 50 e 60, houve muita discussão sobre como se faz pesquisa nas instituições universitárias e sobre a necessidade de constituição de quadros para o Ensino Superior brasileiro e para instituições de pesquisa, como o CBPF, que é Centro Brasileiro de Pesquisa Física e muitos outros. A Capes tem uma trajetória no Brasil, assim como o CNPq, que é mais ou menos do mesmo período, dos anos 50, agência que se tornou decisiva para impulsionar a pesquisa e a pós-graduação brasileira. Durante o primeiro governo Lula, a Capes ganhou outra atribuição. Fernando Haddad era o Ministro da Educação, e Jorge Guimarães estava na presidência da Capes. A Capes ganhou a atribuição de propor políticas públicas para a Educação Básica. Um dos primeiros movimentos foi no campo que a agência mais atuou até então, que é em programas de pós-graduação. Devemos entender assim os Profs, principalmente os Profs em rede, o ProfHistória, o ProfBio, o ProfQuímica e assim por diante, tem a ver com essa presença, cada vez mais significativa, na Capes, dessa faceta que é a educação básica. Se na pós-graduação tem o CTC-ES, o Conselho Técnico Científico do Ensino Superior, na Educação Básica tem o CTC-EB. Infelizmente, ele foi fechado durante um bom tempo no governo que terminou, o do Bolsonaro, e felizmente ele foi recomposto e voltou a funcionar. E na Capes, na Educação Básica, foram desenvolvidos alguns programas de formação continuada, como o Parfor, o Pibid e a Residência Pedagógica, por exemplo. O Pibid tem uma interface clara com o Pibic. São programas de sucesso. A residência pedagógica vai ter um novo desenho nos próximos anos e também é um programa de sucesso. Nesse sentido, para mim, os Profs entram nesse contexto. Ao mesmo tempo, na década de 2010, há uma significativa expansão da pós-graduação brasileira. Essa expansão caminha para a descentralização, a ampliação da pós-graduação, para além do Sudeste e do Sul, incorporando de forma mais significativa o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte. Isso não aconteceu só em História, mas em todas as áreas de conhecimento. E nessa expansão, houve um crescimento tanto dos acadêmicos quanto dos programas profissionais. Mas, voltando à pergunta original, efetivamente, eu fui chamado por causa do trabalho que a gente fez, Luís. Você se lembra bem o que foi fazer a proposta do ProfHistória. Inicialmente, tinha um grupo do Rio de Janeiro que trabalhava, há muitos anos, pensando o ensino de História. Uma boa parte estava vinculado ao grupo Oficinas de História. Carlos Fico, coordenador da Área de História e

membro do CTC, aproveitou o movimento da Capes de criação dos Profs. em rede e conversou com a professora Marieta de Moraes Ferreira sobre a possibilidade de formular uma proposta de História. À época, o diretor de avaliação da Capes era o professor Lívio Amaral, que indicou a necessidade de a proposta ser composta por uma rede de instituições espalhadas pelo país. A ideia era que o programa de História tivesse escopo nacional, tal qual os já existentes ProfMat, ProfFísica e ProfLetras. A proposta, coordenada por Marieta e tendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como instituição âncora, foi aprovada pela Capes, em 2013, e abriu a sua primeira turma em 2014. As instituições envolvidas inicialmente foram: UFRJ, UFF, Unirio, UFRRJ, UERJ, PUC-Rio, UDESC, UFSC, UFRGS, FURG, UFSM e UFT.

Nesse processo de criação do ProfHistória, eu estive na comissão de elaboração da proposta para APCN e tive um protagonismo no preenchimento da plataforma. Trabalhei muito no preenchimento de todos os dados para a formulação da APCN e eu acho que, por isso, depois de o Fico conhecer a minha atuação, ele quis me convidar.

E foi a primeira vez que a área de História, da Capes, teve um adjunto para programas profissionais.

Marcelo: No início dos anos 2010, passam a ter um peso significativo os programas profissionais nas áreas, na Capes. Em 2012, a Capes decidiu criar a figura do coordenador-adjunto de programas profissionais; nomeado, antigamente, como coordenador-adjunto de mestrados profissionais. Depois mudou o nome, e a professora Cristiani Bereta foi coordenadora-adjunta de programas profissionais. Nós, colegas, estamos em programas que vêm crescendo na Capes e que vêm demandando uma especialização da própria agência, criando um cargo específico, dando um protagonismo específico para esse tipo de pós-graduação *stricto sensu*. Então, a criação do cargo, e o meu protagonismo no preenchimento do APCN do Profhistória levou o professor Carlos Fico a me convidar como adjunto. Eu fiquei como adjunto no triênio (2010–2012), entrando um ano depois dele e da professora Cláudia Wasserman, que era coordenadora adjunta dos acadêmicos. Fiquei no triênio e depois no primeiro quadriênio (2013–2016).

Reznik: Então, Marcelo, você estava na hora certa, digamos assim, quando foi criada essa figura de coordenação dos mestrados profissionais. Creio que a área de História, em comparação com algumas outras áreas, criou e expandiu seus mestrados profissionais tardiamente. A discussão sobre mestrado profissional já estava presente no parecer Sucupira, em 1965. Só que poucas áreas enveredaram por esse caminho. Em 2005, com a proposta do PNPG, se discutiu muito sobre as

possibilidades de abertura de mestrados profissionais para várias áreas, incluindo aí, quem sabe para as licenciaturas. Foi parcialmente, nesse movimento, que foram criados e se expandiram vários mestrados profissionais, e, efetivamente, a gente chegou na área de História. O mestrado do CPDOC/FGV é um ponto fora da curva dentro da nossa área. Quer dizer, ele tem suas especificidades e foi criado quase que 10 anos antes de qualquer outro mestrado profissional dentro da nossa área. Então, a pergunta que eu faço para você é a seguinte: o que você encontrou quando você foi nomeado coordenador dos mestrados profissionais, em 2012? O que existia efetivamente em termos das pós-graduações profissionais dentro da área da História e como é que você avaliava o que já funcionava? Lembro também, Marcelo, que você teve essa proficiência com o sistema APCN e a Sucupira, porque você também já tinha participado de pós-graduações; você já tinha sido coordenador de programa de pós-graduação.

Marcelo: Isso é bom lembrar. Hoje eu estou numa terceira vertente de pesquisa. Eu estou fazendo pós-doc na Universidade Federal de Goiás (UFG), com meu colega, professor Marlon Salomon, e estou fazendo pesquisa sobre a pós-graduação brasileira. Tem tudo a ver com a minha experiência profissional. Eu tenho 24 anos de profissão e devo ter uns 15 anos, 16 anos ou quase 20 anos de trabalho na pós-graduação. O Luís lembrou bem. Eu fui vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social, da UERJ, com o meu colega, infelizmente falecido, Ricardo Salles. Eu fui coordenador do mesmo programa, tendo como vice a minha colega Daniela Calainho. Eu fui coordenador-adjunto do Programa de Pós-Graduação em História, da Unirio. Eu fui membro do conselho consultivo da PR2, que pensa, na UERJ, a pós-graduação. Vamos voltar à pergunta. Eu queria falar sobre como estava a área de História. Eu tomei posse quando a área tinha três mestrados profissionais. Inicialmente, tinha o do CPDOC/FGV, que começou em 2003. Em seguida, passados 9 anos, em 2012, começou o da FURG, Universidade Federal do Rio Grande. Por fim, em 2013, o da UCS, Universidade de Caxias do Sul.

Júlia: Só para complementar, Marcelo. Foi exatamente por isso que, na época da implementação do ProfHistória, nós acabamos entrando. Entramos por último, porque, na época, Marieta de Moraes Ferreira entrou em contato comigo e queria que eu explicasse o APCN para ela. E aí a gente ficou trocando e-mails e telefonemas, para explicar qual era a concepção que a gente tinha de mestrado profissional. Porque, afinal, era uma coisa que nenhum de nós tinha experiência. Todos nós éramos mestres ou doutores em programas acadêmicos. E aí, no final desse processo, ela convidou a FURG para entrar no APCN do ProfHistória.

Marcelo: Ótima lembrança. Então, era isso que havia quando comecei a minha gestão. Ou seja, um programa solitário na área de História, que era o da FGV, e dois programas em processo de implantação. Eu me orgulho de ter tido a janela de gestão, que acabou aprovando todos os demais mestrados, com pouquíssimas exceções posteriores. Então eu me orgulho de participar desse grupo que está aqui. Roberto era coordenador, Júlia era coordenadora, e vários outros colegas da UEMA, da Federal de Viçosa, da UFG, que depois passou para a UFCAT, da Federal de Alfenas, da Federal do Recôncavo da Bahia. Nós realizamos reuniões constantes. Eles já faziam, depois eu fui convidado, e a gente passou a ter reuniões constantes. Eram reuniões muito prazerosas para a gente discutir o que era o programa profissional, o que eram os produtos, como é que deveriam ser os processos de avaliação, como preencher a plataforma Sucupira. O grupo era solidário. Na pós-graduação, por vezes, a gente tem dificuldade de ter solidariedade e, nesse caso, como os programas estavam sendo criados, todo mundo se ajudava. Foi muito rico conversar e aprender com todos. A gente aprendendo, afinal de contas, qual é a diferença entre um programa profissional e um acadêmico, o que é um produto, e assim por diante. Eu acho que o meu papel como coordenador foi ser um par, uma pessoa que estava ali, aprendendo com todos e ajudando a ter a melhor condução, para que os programas se implantassem e se consolidassem. Claramente os programas profissionais estão se consolidando. Eu não tenho a soberba de achar que fui decisivo, mas eu tenho orgulho de participar do processo.

Roberto: Só para ilustrar essa participação, Marcelo, eu estou lembrando aqui na primeira avaliação que nós fizemos, lembro que nós marcamos uma reunião pelo Google Meet. Tínhamos o relatório parcial de avaliação e recorde que ficamos por horas conversando, e tu vinhas pontuando: “olha, isso aqui está bom, aquilo pode explorar mais”. Quer dizer, o nosso próprio formulário de avaliação foi construído a mais mãos do que as mãos do nosso próprio grupo aqui. Teve a tua participação como um leitor externo qualificado, enfim, quero dizer que foi ótimo. Isso reforça esse espírito de solidariedade que marcou aquele período e que continua marcando as nossas relações hoje, entre os programas profissionais.

Marcelo: Eu recentemente dei uma aula inaugural no ProfHistória da UFG. Eu fiz um levantamento do ano de criação dos programas profissionais de todas as áreas para tentar entender um pouco isso. O marco final desse levantamento é abril de 2023. Só para vocês terem uma noção do quanto os profissionais acabaram se desenvolvendo junto com a expansão da pós-graduação brasileira no período Lula, na gestão do Jorge Guimarães, 79% dos programas profissionais foram criados de 2011 para cá. Na janela de 2011 até 2019, 71% dos programas de pós-graduação

profissionais foram criados. O primeiro programa profissional se constituiu na década de 90, em 1992. Dos programas profissionais existentes em 2023, 29% foram criados entre 1992 e 2010. O que eu quero mostrar com isso? Existe uma tradição em Odontologia, em Administração, em outras áreas, que não a das Ciências Humanas, de criação de programas profissionais, já na década de 90 e no início dos anos 2000. Mas o aumento significativo acontece mais ou menos no mesmo período de expansão da pós-graduação brasileira, que é da década de 2010 para cá. Nessa apresentação, eu avalei um pouco as Ciências Humanas, a área das Humanidades. Por que eu fiz isso? Eu não sei se vocês se lembram do preconceito que existia sobre essa modalidade quando se começou a discutir nas áreas das Ciências Humanas, nos anos 2000. Eu me lembro muito do debate na educação, o quanto era muito marcante o termo profissionalizante, o mestrado profissionalizante. E se é profissionalizante, é um mestrado menor. E se é menor, por que os professores não têm direito de fazer um acadêmico? Havia um estigma em relação ao que era isso e o quanto poderia significar uma depreciação da atividade de pesquisa e da atividade de pós-graduação. Você tem razão, Luís, desde 1965, o parecer Newton Sucupira tem a possibilidade de acadêmicos e profissionais. Mas, de fato, se enfrenta o sentido do que é profissional nos anos 90 e, sobretudo, nos anos 2000 e 2010. O professor Jorge Guimarães, o presidente mais longo da Capes, na gestão dele, dizia: “os programas profissionais vão ficar com os mestrados. Nós não vamos criar doutorados porque não é este o perfil”. Eu não acho que ele tinha preconceito. Com o tempo e com o aumento do número de mestrados profissionais, passou a ser quase evidente a necessidade de criação de doutorados profissionais. Esse é o nosso grande desafio hoje. O desafio que não é só da História, é de toda a comunidade científica brasileira envolvida na pós-graduação, de desenhar esses doutorados em diversas áreas. Pensar a avaliação e as métricas; pensar, por exemplo, o que é excelência. Há que se discutir o que é um programa de excelência 6 e 7 profissional. A gente vive hoje esses desafios. A área de Educação, que tinha certo preconceito com a ideia de mestrado profissional, ocupa o quarto lugar, com maior número de programas profissionais no colégio de Humanidades da Capes, com 52 programas até abril de 2023. Logo depois, vêm a Ciência Política e Relações Internacionais, que constituem uma única área, com 19 programas. Em seguida, vem Psicologia, com 15 programas, e a História, com 12 programas. Lá nas últimas áreas, com programas profissionais em abril de 2023, existe uma concentração também das humanas. Por exemplo, Filosofia, em abril, só tinha dois programas. Um deles era o ProfFilo Antropologia e Arqueologia, um programa; Sociologia, um programa, que é o ProfSocio; Ciências da Religião e Teologia, quatro programas; e Geografia, cinco programas. Por que eu dei essa lista? Com essa lista, eu quero mostrar o quanto, ao longo do tempo, a

História também adquiriu certo protagonismo nas Ciências Humanas e nas outras áreas, em termos de criação de programas profissionais, como Educação, como Psicologia e assim por diante. Isso dá uma ideia do quanto estão se desenvolvendo os programas profissionais na Capes, no país e na área.

Reznik: Marcelo, essa longa digressão que você fez me abriu dois leques de questões. Um leque, que eu prefiro que a gente empurre mais para frente, é tentar pensar o que significam exatamente os programas profissionais à diferença dos acadêmicos. O que significa essa aderência ao mercado, no nosso caso, na História? Porque é disso que se trata em relação aos mestrados profissionais. Eu prefiro deixar essa conversa mais para a frente, porque eu acho que essa conversa tem a ver não somente com o sentido dos programas, mas com os prognósticos do que a gente pode pensar. Eu queria voltar à sua atuação mais específica, nos seis ou sete anos de sua coordenação. O que significou a sua atuação efetivamente como coordenador? Vou levantar algumas questões. Teve caráter indutor? Você induzia determinados departamentos, colegiados, etc., a abrir programas? Se as propostas não foram induzidas, elas foram espontâneas? Como é que você via essas propostas surgindo? Qual foi a atuação específica no sentido, senão da indução, mas, pelo menos, da formatação do desenvolvimento, de dar suporte efetivamente logístico, que fosse intelectual, para esses programas que estavam sendo criados durante a sua gestão como coordenador, no sentido de melhor definição do objeto, no sentido de melhor definição da diferença entre o profissional e o acadêmico, do que deveria ser o produto ou da proposição do artefato.

Marcelo: Olhando um pouco a minha atuação, acho que ela pode ser dividida em dois campos. O primeiro está próximo à própria atuação do coordenador da área, do professor Carlos Fico. Como ele ficou um bom tempo, duas gestões, ele visitou todos os programas da área, acadêmicos e profissionais. Além de visitar, ele era chamado para conversas antes da formulação de propostas. Na gestão do Fico, criamos e aprovamos grande parte dos mestrados profissionais. E aprovamos muitos doutorados. Então foi um momento também de criação de doutorados, o que, na nossa área, eu considero quase que uma revolução, porque a gente estava congelado há um bom tempo, com um número limitado de doutorados na área. Tudo indica que isso iria acontecer. Por quê? Porque a trajetória de um programa que passa um determinado período com o curso de mestrado e chega a uma fase de consolidação é propor um doutorado. E tal qual a expansão que aconteceu nos programas profissionais, também aconteceu nos programas acadêmicos de 2010 para cá, ou antes, desde os anos 2000. Muitos programas que hoje são 5 e já têm doutorado eram programas que foram criados entre a segunda metade dos anos

2000 e a primeira metade dos anos 2010. As idas do Fico pelo país e suas falas públicas constantes de incentivo à criação de programas profissionais, de mestrados profissionais, induziram também a proposição desses programas. Nessa época, uma de minhas principais atuações era na avaliação de APCNs, avaliação dessas propostas de programas. Muitas eram frágeis, mas muitas eram bem boas, como os mestrados hoje existentes. E eu também viajei conversando com grupos que gostariam de formular propostas. Esse é um ponto. O outro ponto da minha atuação era o acompanhamento fino dos programas de pós-graduação. Aí eu fazia tanto no acadêmico quanto no profissional. Porque eu, na gestão do professor Carlos Fico, fiquei muito próximo de lidar com as planilhas dos dados, dos preenchimentos da avaliação de livros, da avaliação do Qualis periódico. Eu tive a oportunidade de acompanhar de perto como os colegas preenchiam a Coleta Capes, o que me levou a indicar as possíveis falhas de preenchimento, na perspectiva de tornar o relatório final o mais próximo do que os programas realizaram. Tive a oportunidade de visitar a FURG, a UCS, a UEMA; enfim, visitei grande parte também dos programas já estabelecidos. As minhas conversas com os programas eram sempre para incentivar, para mostrar possíveis fragilidades no preenchimento, e eu buscava relatar ao coordenador da área todas as potencialidades desse grupo. Porque eu acho que esse é o papel também do adjunto. O adjunto é a pessoa na coordenação que está mais próxima dos programas acadêmicos ou profissionais. Isso ajuda a ter um retrato fino do que está sendo feito por cada programa. Fora isso, na Capes, como o Carlos Fico estava no CTC, nós estávamos sempre dialogando com a agenda dos profissionais. É pena que, em alguns pontos, essa agenda não tenha avançado. Eu espero que ela venha a avançar um dia, como no caso específico dos programas que não são em rede, que venham a ter algum tipo de financiamento. Principalmente, para programas que lidam com o ensino, que, na verdade, têm o mesmo público, que são os professores. A Capes sempre alegou que os profissionais são programas que devem ser financiados de forma privada ou por órgãos públicos, e não necessariamente pela agência, mas alguns programas têm o mesmo escopo de programas que eles financiam, como o ProfHistória. Programas voltados para professores, profissionais da Educação Básica, que vão continuar sendo professores na Educação Básica e que a formação continuada ajuda a refletir sobre algumas das facetas da experiência profissional deles. Isso fica evidente nas propostas de Caxias do Sul, da FURG e outros programas profissionais da área de História. A gente tem um programa com foco em patrimônio e bens culturais (CPDOC/FGV); outro, em patrimônio ambiental e patrimônio cultural (UFV). Nós temos muitos programas ligados ao ensino, temos um programa ligado à questão de história local (UNICAP), e mesmo o de história ibérica é vinculado ao ensino, pois é ensino de história ibérica

(UNIFAL). Então os nossos programas têm a marca de pensar o ensino. Carlos Fico sempre lembrou da possibilidade de a própria área pensar numa expansão para outros tipos de programas profissionais, para além do ensino, mas isso ainda não se configurou de forma significativa. Eu trabalhei muito para tentar fazer com que, ao final da minha gestão, os programas estivessem minimamente consolidados e acho que isso aconteceu. Há pouco tempo, participei do comitê de avaliação da última quadrienal (2017–2020). Dá claramente para perceber o quanto os programas estão consolidados. E hoje nós temos programas com doutorados na área: Caxias do Sul, UEMA, Fundação Getúlio Vargas. Em breve, certamente teremos outros. E eu espero que a gente também tenha mais mestrados profissionais. Penso que a gente ainda tem muito para crescer nesse campo.

Reznik: Você falou muito que, na gestão de vocês, sua, da Cláudia Wasserman e do Carlos Fico, existiu uma indicação do Fico de um certo limite para os acadêmicos. Alguns colegiados se propuseram a trabalhar, a pensar na experiência do mestrado profissional, exatamente por conta, talvez, de certo limite suposto que o coordenador de área estaria indicando. Nesse sentido, eu acho que a pergunta-chave talvez seja esta: por que e para que programa profissional? Quando você me apresenta esses dados das Humanas, e a gente sabe da questão do financiamento, eu fico sempre pensando no tal do mercado. O curso profissional em Odontologia, em Administração, em Direito, tem mercado, não é? Tem muita procura. São as antigas especializações pagas que agora vão validar um diploma melhor, um MBA, um mestrado profissional. Vai propiciar uma qualificação melhor. No nosso caso, não é bem isso, porque o nosso público, o público das Ciências Humanas, em geral, e o público da História, em particular, são um público que, em primeiro lugar, é majoritariamente de professores que, regra geral, não têm condições de pagar quantias vultuosas para uma especialização/mestrado. Então essa coisa de curso pago já começa a ser um pouco problemática. A questão do financiamento é sensível e o nosso mercado é fundamentalmente de professores. Então a pergunta é, quando você pensa na expansão, tem espaço para que a gente possa ter diversidade efetivamente no campo da História, pensando que os mestrados profissionais estão direcionados para profissionais? Nem todos os mestrados são direcionados para o profissional que já existe, mas é para preparação de profissionais também. Você não precisa estar em sala, em alguns mestrados a pessoa não precisa ser professor, mas o curso vai qualificar melhor a pessoa para ser professor ou coisas do gênero, o gestor público, o gestor de arquivo. Você não precisa já ser gestor de arquivo. Você pode fazer o mestrado profissional para você se qualificar melhor para ser um gestor de arquivo. Eles têm uma direção muito aderente, digamos assim, às

proposições, vamos chamar aqui de mercado. Então a pergunta é: quais são as potencialidades que você vê, na área de História, no sentido de expansão de novos cursos profissionais, mestrado. Mestrado e depois o doutorado. Vão todos cair no campo do ensino? Você vê outras efetivas possibilidades? Faz sentido a gente fazer uma grande ampliação? No ProfHistória, estamos fazendo, então a gente sabe que faz sentido. A gente quer que assim seja. Como é que você vê isso?

Roberto: Sim, só vou colocar mais um elemento aí. Essa questão do financiamento é um tema sensível. Marcelo sabe talvez com mais detalhes do que eu, mas a princípio dos 12 programas que nós temos, só dois deles, que é o caso de Caxias do Sul e da Católica de Pernambuco, que estão sediadas em universidades não públicas. O que implica, objetivamente, que os alunos efetivamente pagam e, na realidade, pagam muito caro. A FURG, por exemplo, não tem bolsa, mas o aluno não paga. Então isso é uma questão especialmente sensível. E quando a gente pensa nos mestrados profissionais, evidentemente que parece que, para algumas áreas, encaixa-se melhor. Em Direito, por exemplo; Odontologia, por exemplo; tem mais esse perfil. E às vezes me dá a sensação, por conta da falta de financiamento ou de um financiamento menor, que, para nossa área, para a área de História ou para as Ciências Humanas, esse modelo não foi pensado. Ele foi pensado para determinadas áreas. É como se nós, na História ou nas Ciências Humanas, tivéssemos entrado sem sermos convidados para esse baile. Então realmente é uma questão que preocupa, e talvez fique mais para adiante essa outra reflexão, que tem a ver com os elementos de avaliação. Nós somos avaliados dentro de processos que são, se não iguais, semelhantes. Avaliados onde existe financiamento e onde não existe financiamento, onde os nossos alunos são profissionais que trabalham durante o dia para ter as atividades do mestrado ou do doutorado a noite. Então realmente é um tema sensível. Mas eu acho que isso fica um pouco mais para frente. Deixo aí o reboque engatado.

Marcelo: Eu acho que um dia a Capes vai ter que enfrentar essa discussão sobre o financiamento dos programas profissionais. Não sei se para todos, mas pensar nas especificidades de cada um dos programas. Isso, por exemplo, já existe, inclusive, em relação aos Profs. Os Profs vinculados às disciplinas escolares, História, Biologia etc., têm financiamento da Capes. Mas existem Profs ligados à Diretoria de Educação a Distância (DED/Capes) que são financiados por órgãos públicos, não pela própria Capes. O ProfÁguas e o ProfCiamb, por exemplo, são financiados por agências de saneamento. Eu acho que é fundamental pensar como dar conta disso. Eu entendo também que o orçamento da Capes não é infinito, mas afinal de contas, existem os programas profissionais. Os mestrados acadêmicos, por vezes, podem ser

até menos interessantes. Às vezes, os cursos acabam produzindo pesquisas que, para um período de dois anos, têm problemas de realização. Os mestrados acadêmicos talvez tenham chegado a um limite, e é preciso repensar um pouco o seu formato. Aí a avaliação também é meio limitadora de inovações, porque como a avaliação é muito estruturada, você acaba tendo poucas possibilidades de inventar novos formatos de mestrados e doutorados. No caso dos profissionais, eu não tenho dúvida que eles têm um lugar e uma importância. Eu acho que, em primeiro lugar, a importância é dada pelos alunos que frequentaram ou frequentam. No ProfHistória, isso fica muito evidente pelos relatos dos discentes e egressos: “o quanto nós estávamos afastados da universidade”; “o quanto nós tínhamos uma experiência profissional muito larga, mas tínhamos dificuldade de formalizar uma proposta no acadêmico porque estávamos afastados”; “o que o acadêmico tem a nos oferecer não nos interessava muito”. Não é só o afastamento da academia, ou seja, a distância, a falta de convívio, a falta do acompanhamento fino da produção científica, não era só isso. Também era “eu gostaria de discutir pesquisas envolvendo as minhas próprias experiências profissionais”. E não são experiências profissionais diretas – “ah, o que eu faço na escola”, mas são as questões que me afligem na profissão. Então, nesse sentido, eu acho que o campo tem muito a expandir, não só na área de História, mas em todas as outras áreas, porque há demandas com esse perfil. Na Inglaterra, há perfil de pós-graduação profissional, de resolução de questões vinculadas à experiência profissional. Um mestrado acadêmico ou um doutorado acadêmico têm objetivos diferentes. Objetivos de progressão na pesquisa científica, objetivos diferentes dos vinculados necessariamente a questões que afligem a profissão. Nisso, eu acho que os programas profissionais têm muito a contribuir, não só o mestrado, como também o doutorado, porque aí começa a se discutir: “será que precisa de um doutorado para esse tipo de programa?”. O doutorado pode ser fundamental para se ter mais tempo de reflexão sobre a experiência, formulação de proposições que tenham tempo de amadurecimento da pesquisa, ao longo do curso. Acho que esse é um ponto. Outro ponto é pensar, por que, afinal de contas, a gente não teve ainda um número significativo de propostas de outros tipos de mestrados profissionais que trabalhem com outras facetas da atuação da nossa comunidade. Hoje grande parte da nossa comunidade é formada por professores que atuam na educação básica. Por isso, também, dá para entender, porque, talvez, a área de Antropologia tenha poucos programas profissionais ou a Sociologia e a Filosofia, cujo quantitativo de professores é menor, a presença na educação básica é menor, e a vertente de reflexão acadêmica é mais forte. Eu tenho a impressão de que propostas, para além do ensino, que são muito bem-vindas, vão ter esse caráter, de talvez servir para pensar em atuações futuras ou apostar em áreas que possam vir a ter, no futuro,

presença maior do profissional da História. Eu sei que há interesse na formulação de programas profissionais no campo da História Pública. Carlos Fico sempre sugeriu programas que trabalhem com, por exemplo, história para artes cênicas e televisão. Isso é um mercado com presença limitada de profissionais da História. O mestrado e o doutorado em Bens Culturais da FGV capturam um pouco esses grupos. Não são formados em História, mas são formados em Teatro, trabalham em Artes Cênicas. Então eu acho que a gente tem muito a avançar. Parece-me que a coordenação de área e a ANPUH poderiam pensar mais em induzir a criação de programas com esse tipo de formato. É por isso que eu acho que de alguma maneira há espaço para o crescimento de programas profissionais, porque há demandas por um tipo de presença de pós-graduação ou de formação continuada que não necessariamente tem um público com ambição de se tornar pesquisador e se inserir na universidade. A própria Capes, pensando nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), já há um bom tempo saiu do seu objetivo inicial que era formar quadros para a universidade brasileira. Ela continua formando quadros para a universidade brasileira, mas tem que formar quadros para a sociedade. Então, nesse sentido, tem que se ampliar um pouco os programas de pós-graduação que imaginam a presença de profissionais da História em outros campos. E esses programas podem receber diferentes pessoas que tiveram formação inicial em áreas diversas. Mas isso é um desafio. Eu acho que nós, historiadores, estamos muito acostumados com a pesquisa acadêmica e com a faceta do ensino formando professores para a Educação Básica. Eu acho que aí limita um pouco a possibilidade de pensar em outras formulações de propostas profissionais. E no caso da Educação Básica, considero que ainda há espaço para a diversidade de programas, apesar da presença grande do ProfHistória no país. O financiamento é algo que impacta os programas que não estão na rede.

Roberto: Essa questão do financiamento a gente tem discutido nos mestrados profissionais, inclusive, nessa última conversa que tivemos em São Luís, no Maranhão. Os mestrados profissionais são avaliados pela mesma ficha de avaliação dos acadêmicos. No caso dos acadêmicos, isso tem implicações em mais verbas. Eu acho que, em algum momento, terá que se enfrentar essa questão; a gente protelou essa discussão.

Júlia: A gente até tem algum investimento. Vamos pensar lá na FURG, como IES Federal, tem secretaria, tem investimento em sala para defesa, aquilo que a universidade tira do seu recurso próprio para investir no programa que não tem nenhum tipo de verba do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP/Capes). O maior impacto da falta de verbas de investimento externo à própria universidade é porque, hoje, na ficha dos profissionais, a produção científica dos alunos, dos

mestrandos, tem um peso muito considerável. E aí é que entra a falta de verba, porque os nossos alunos, por mais que eles não paguem, eles são alunos trabalhadores. Ele normalmente é um aluno que é professor da rede; para poder fazer o mestrado e pesquisar ele abre mão de carga horária e isso é unânime nos nossos alunos. Todos os alunos que entram 40 horas, não conseguem sair do mestrado com as 40 horas. Eles sempre renunciam a 10 ou 20 horas para poder terminar o mestrado e, com isso, eles perdem o salário. E qual é o resultado disso? Eles não têm condições de participar de eventos, pagar inscrições para participar de eventos, publicações. Então quer dizer, hoje, aquele subsídio que os acadêmicos dão para os seus alunos participarem de eventos, traduzir textos para publicar em revistas científicas, nós não temos isso. Isso tem impactado de forma muito contundente a nossa avaliação. Porque os nossos alunos não vão produzir com a mesma velocidade dentro dos dois anos sem esse investimento. A falta de PROAP está impactando a nossa avaliação. Se pudessem ter algum tipo de investimento neles, eles poderiam até tirar uma licença interesse, ficar um ano, meio ano, sem trabalhar para poder produzir.

Marcelo: A área de História montou um comitê para avaliar os programas profissionais e montou um comitê para avaliar os programas acadêmicos. Os Profs são avaliados por representantes indicados por cada uma das áreas, então Biologia, História, Química, Física, Sociologia, que compõem um comitê geral e que criam parâmetros específicos, diferentes dos aplicados aos profissionais de cada área para analisar esse grande programa, que é um programa formado por vários Profs de diferentes áreas. Então, nesse sentido, é bem diferente a avaliação. Inclusive as métricas, os parâmetros, isso você consegue ver bem no relatório final de avaliação do Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (PROEB), que está na página da Capes. Dá para ver que as métricas, as formas de avaliar são bem diferentes. De alguma maneira, em algum momento tem que ser enfrentada a questão do financiamento de programas que tem como público-alvo professores. Por causa exatamente disso. Diferente da intenção original dos programas profissionais, que é o financiamento de instituições privadas ou de agências públicas que pagariam um curso para esse profissional, os professores acabam, por vezes, reduzindo essa carga horária. Então eles acabam de alguma forma “pagando” ou eles acabam reduzindo o seu ganho para ter uma formação continuada. E isso impacta. A avaliação hoje não trabalha mais com volume ou quantitativo de publicações. Não é isso que se espera da avaliação, é uma outra coisa. A capacidade de formar quadros, a capacidade de indicar a aderência da produção feita. Existem experiências espalhadas no Brasil de licença para estudos. Eu tenho um aluno de doutorado, que é do Ceará, que teve quatro anos de licença para estudo, sendo pago pela prefeitura de Fortaleza.

Então, existem experiências múltiplas. É um desafio pensar como é que se constrói um tipo de financiamento para os programas profissionais principalmente para esse público. Porque eu não acho que precisa ser generalizado o financiamento para os programas profissionais. Considero ser possível desenhar uma política pública que financie apenas determinados grupos, como cursos profissionais voltados à Educação Básica.

Júlia: Essa foi uma conversa que eu tive, ainda em 2011, com a Carmen Neves, quando ela era diretora de Educação Básica da Capes. A ideia dela, desde o início, era que somente professores tivessem bolsa nos mestrados profissionais. Quando a Carmen Neves saiu de lá, mudou toda a perspectiva. A perspectiva foi que esse financiamento fosse para os Profs em rede nacional. E aí se cria todo um outro olhar da ideia de que os mestrados profissionais teriam então uma vocação para o autofinanciamento. O que eu concordo plenamente para as empresas, mas não é o nosso caso. E a gente já tentou muito com prefeituras e fundações, mas a nossa fundação do Estado do Rio Grande do Sul entende que não deve dar o financiamento para os mestrados profissionais. Nem os colégios particulares têm esse interesse, pelo contrário, é um movimento inverso. Eles ficam colhendo quando os professores saem do mestrado. Então tem um grau de empregabilidade altíssimo aqui na cidade do Rio Grande. Os colégios particulares da cidade já reconheceram a qualidade dos professores que estão saindo do mestrado profissional, mas eles não têm interesse em financiar. Eu concordo plenamente contigo, que a gente precisa é desenhar uma política que venha atender a esse profissional que está inserido no mercado de trabalho, o qual constantemente está se autofinanciando. Às vezes, a gente fica com reflexões meio solitárias, e poder ouvir o Marcelo hoje foi literalmente um deleite aqui. Eu fui anotando muitas coisas que o Marcelo foi falando. Foi muito bom. Muito obrigada, Marcelo.

Roberto: Eu me associo aos agradecimentos. Marcelo, tu não precisarias estar escutando todas essas questões que a gente está te colocando, porque nós estamos te fazendo a entrevista na condição do Marcelo de hoje. Claro que tu estás recuperando uma caminhada, e essa discussão estava lá quando tu também estavas como coordenador-adjunto, que envolvia financiamento, e ela continua presente. Como outras, né? A própria questão dos trabalhos finais são temáticas que estão aí. Mas eu quero agradecer demais.

Reznik: Marcelo, a gente só tem a te agradecer. Suas palavras finais, caso você queira falar mais alguma coisa no que diz respeito a esse tema.

Marcelo: Agradeço o convite feito por vocês. Minhas palavras finais são as de acreditar nesse programa, nos programas profissionais, nos programas

profissionais não só da área de História, mas das outras áreas. E acho que a comunidade de historiadores envolvida na pós-graduação vai ser bem capaz de dar respostas consistentes para o desenvolvimento e a consolidação ainda maior desses programas. Em breve, nós teremos outros doutorados profissionais. Com a consolidação, a área também pode começar a pensar em outras possibilidades de oferecimento de programa. Podemos criar programas interdisciplinares para pensar museus, atingindo profissionais que atuam ou querem atuar em tais instituições. Do mesmo modo, podemos atingir profissionais que atuam em arquivos. Tem um campo amplo para trabalho. Porém, para que isso aconteça, é preciso ousadia. Os historiadores não são muito ousados. A gente precisa sair um pouco da caixa da pesquisa em arquivo e da docência. Isso sem desmerecer a Educação Básica, que é o nosso principal campo profissional. Além de ser o principal campo, é fascinante colaborar para a construção da educação dos cidadãos brasileiros. Mas, ao mesmo tempo, os historiadores precisam ser menos conservadores na hora de pensar suas possibilidades de atuar.